

Ontologia(s) da violência no futebol: por um estudo (in)disciplinado de um fenômeno social

RESUMO

Este ensaio desenvolve uma reflexão, de caráter ontológico, sobre os conflitos violentos envolvendo torcedores de futebol e discute a pertinência da abordagem interdisciplinar para o estudo dos mesmos. Para isso, em um primeiro momento, problematiza a noção de interdisciplinariedade a partir de questionamentos trazidos pelo antirealismo ontológico e discute as contribuições e limites dessa proposta para a compreensão da violência no futebol. Em seguida, argumenta a favor de uma abordagem (in)disciplinada de tal violência. Abordagem que não se limita a multiplicar os olhares sobre ela, mas multiplica suas formas de existir. Abordagem que reconhece a relevância de saberes locais e que busca examinar as práticas que transformam a violência no futebol em um objeto do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Futebol; Práticas interdisciplinares; Ontologia

Felipe Tavares Paes Lopes

Doutorado
Universidade de Sorocaba, Programa de
Pós-Graduação em Comunicação e
Cultura, Sorocaba, Brasil
lopesftp@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0213-7858>

Mariana Prioli Cordeiro

Doutorado
Universidade de São Paulo, Departamento
de Psicologia Social e do Trabalho, São
Paulo, Brasil
mpriolicordeiro@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-5523-5099>

Ontology(s) of violence in football: for an (in)disciplined study of a social phenomenon

ABSTRACT

This essay develops an ontological reflection on violent conflicts involving football fans, as well as discusses the relevance of the interdisciplinary approach to the research this subject. To do so, at first, it problematizes the notion of interdisciplinarity from questions brought by ontological antirealism and discusses the contributions and limits of this proposal for understanding violence in football. Then, it argues in favour of an (in)disciplined approach to such violence. An approach that does not merely multiply the ways of looking at it, but also multiplies its ways of existing. An approach that recognises the relevance of local knowledge and seeks to examine the practices that turn football violence into an object of knowledge.

KEYWORDS: Violence; Soccer; Interdisciplinary placement; Ontology

Ontología(s) de la violencia en el fútbol: para un estudio (in)disciplinado de un fenómeno social

RESUMEN

Este ensayo desarrolla una reflexión, de carácter ontológico, sobre los conflictos violentos que involucran a los aficionados al fútbol y discute la relevancia del enfoque interdisciplinario para el estudio de los mismos. Para ello, en un primer momento, se problematiza la noción de interdisciplinaria a partir de los cuestionamientos que trae el antirealismo ontológico y se discuten los aportes y límites de esta propuesta para la comprensión de la violencia en el fútbol. A continuación, argumenta a favor de un enfoque (in)disciplinado de dicha violencia. Un enfoque que no se limita a multiplicar las formas de mirar, sino que multiplica sus formas de existir. Un enfoque que reconoce la relevancia del conocimiento local y busca examinar las prácticas que convierten la violencia en el fútbol en un objeto de conocimiento.

PALABRAS-CLAVE: Violencia; Fútbol; Prácticas interdisciplinarias; Ontología

INTRODUÇÃO

Este ensaio desenvolve uma reflexão, de caráter ontológico, sobre os conflitos violentos envolvendo torcedores de futebol e discute a pertinência da abordagem interdisciplinar para o estudo dos mesmos. Conflitos que podem ser observados há, pelo menos, mais de um século. Na Escócia, por exemplo, os torcedores locais já provocavam desordens constantes na virada século XIX para o século XX, algo que foi acentuado, nas décadas de 1920 e 1930, com as “gangues de navalha”, que acompanhavam os dois principais clubes do país: o Glasgow Rangers e o Glasgow Celtic (GIULIANOTTI, 2002). Mais ou menos no mesmo período, no Rio de Janeiro, os torcedores dos clubes da zona sul carioca também já causavam transtornos – principalmente quando se deslocavam para assistir a partidas nos subúrbios da cidade, promovendo brigas e apedrejamentos (HOLLANDA, 2009).

O fato de existirem registros de conflitos violentos envolvendo torcedores de futebol há mais de um século não significa, todavia, que esses conflitos não tenham se transformado ao longo das décadas. Por exemplo, tanto na Europa quanto na América Latina, as brigas foram, de uma forma geral, perdendo seu caráter “espontâneo” e tornando-se mais planejadas. Ademais, com o fortalecimento da repressão e dos mecanismos de vigilância, elas migraram para áreas geograficamente afastadas dos estádios. Na Alemanha, por exemplo, parte dos confrontos entre hooligans ocorre, hoje em dia, em florestas localizadas nos subúrbios das cidades. No Brasil, muitas das brigas entre torcidas organizadas ocorrem a quilômetros de distância do local de realização dos jogos e, até mesmo, em dias em que não há jogos (LOPES, 2019). Além disso, na América Latina, há uma tendência de crescimento dos conflitos intragrupos, motivados por disputas internas pelo poder (HOLLANDA, 2017).

Essa longa história tampouco significa que os conflitos em questão sejam vistos, desde sua emergência, como um grave problema social para os meios de comunicação. Na Inglaterra, por exemplo, a violência no futebol começou a chamar a atenção desses meios no final da década de 1950, com a chamada “crise moral” que afetava os jovens da classe trabalhadora, entrando definitivamente para a sua agenda partir da Copa do Mundo de 1966, que foi realizada no país. Neste momento, os jornais ingleses começaram a mandar repórteres para cobrir não apenas aquilo que ocorria dentro de campo, mas, principalmente, aquilo que ocorria fora dele, nas arquibancadas (MURPHY, WILLIAMS, DUNNING, 1994). Já no Brasil, a referida violência passou a fazer parte, de forma mais permanente, da agenda midiática (e política) apenas na década de 1990, após a ocorrência de uma série de trágicos episódios, que resultaram em mortes. Mas foi somente na

segunda metade de tal década e no início dos anos 2000 que ela passou a ser pesquisada de forma sistemática (LOPES, 2019).

Hoje em dia, já há uma vasta e sólida literatura sobre os conflitos violentos envolvendo torcedores de futebol, que conta com contribuições de diferentes áreas do saber – como Antropologia, Sociologia, História, Psicologia, Direito e Educação Física. Essas contribuições podem (e devem) servir de base para a reformulação das atuais políticas de segurança para os eventos esportivos. Afinal, para ser eficaz, uma política pública deve embasar-se em diagnósticos consistentes sobre o problema que pretende solucionar (REIS, 2006). Todavia, até que ponto é possível estabelecer um diálogo entre tradições disciplinares que não necessariamente pensam e fazem ciência da mesma forma? Mais ainda, será que a multiplicação dos pontos de vista, de fato, nos permite ter uma visão mais “completa” dos conflitos em questão? Será que ela é capaz de alcançar “camadas mais profundas” de sua realidade? Tomando como base essas questões iniciais e partindo de uma perspectiva ontológica que refuta a ideia de que a realidade seja um “dado da natureza”, independentemente de um observador, neste trabalho, objetivamos discutir a pertinência da abordagem interdisciplinar para a compreensão desses conflitos.

Para alcançar esse objetivo, organizamos o texto em duas partes: na primeira, realizamos uma (brevíssima) contextualização sócio-histórica da noção de interdisciplinaridade para, em seguida, problematizá-la à luz do antirrealismo ontológico. A partir dessa problematização, indicamos sua força e limites para a compreensão da violência no futebol. Na segunda parte, argumentamos em favor de uma abordagem (in)disciplinada de tal violência. Abordagem que, conforme buscaremos mostrar, não se limita a multiplicar os olhares sobre ela, mas vai além: ela multiplica suas formas de existir e busca examinar as materialidades, os eventos e as práticas que fazem dela um objeto do conhecimento.

A MULTIPLICAÇÃO DOS OLHARES: a violência no futebol a partir de uma abordagem interdisciplinar

Para que possamos entender relevância da interdisciplinaridade para a compreensão da violência no futebol, convém apresentar, ainda que muito brevemente, o modelo de ciência a partir do qual e contra o qual ela se fez: o modelo analítico – que, grosso modo, prevê (e legitima) a divisão do conhecimento. Ainda que, até certo ponto, essa divisão já pudesse ser observada no programa de ciência vindo da Grécia Antiga, é na Modernidade que ela vai ganhar força (POMBO,

2008). Tal modelo embasa-se na obra de diversos pensadores, especialmente René Descartes. Para o filósofo francês e um dos expoentes do chamado “Grande Racionalismo do Século XVII”, é necessário que encontremos fundamentos seguros para o saber e, para tanto, é preciso que instituamos um método. Este será, portanto, aquele que, de acordo com o autor, nos permitirá distinguir os conhecimentos verdadeiros dos falsos. Mais ainda, que nos permitirá evitar complicações e esforços inúteis na busca pelos primeiros. Em o “Discurso do Método”, Descartes (1637/1999) elabora quatro grandes regras metodológicas. Fiquemos com a regra da divisão, que interessa mais diretamente para a discussão proposta neste ensaio. Diz ela: para conhecermos uma realidade complexa, precisamos repartir cada uma das dificuldades que se analisa em tantas parcelas quantas forem possíveis e necessárias para melhor solucioná-las. Notemos que, do ponto de vista cartesiano, o processo de produção do conhecimento envolve a fragmentação da realidade. É por meio do estudo minucioso de suas partes que podemos, posteriormente, reconstituí-la e compreender sua “verdade”.

De acordo com Olga Pombo (2008), é inegável que o modelo analítico trouxe muitos frutos. Dificilmente poderíamos conceber os grandes avanços da ciência sem ele. Todavia, segue a autora, cada vez mais, ele parece ser insuficiente. O fenômeno da especialização constitui, provavelmente, um dos seus principais problemas. Fenômeno que atingiu, na segunda metade do século XX, níveis alarmantes, que permanecem até hoje. Não à toa, a ciência encontra-se fortemente segmentada em comunidades competitivas entre si, de costas voltadas umas para as outras. Comunidades que, como observa Thomas Kuhn (1962/2003), são compostas por praticantes de uma mesma especialidade científica, que se debruçam sobre a mesma literatura técnica e possuem uma educação científica muito similar – o que os fazem compartilhar um mesmo paradigma, isto é, um mesmo modelo ou padrão de fazer ciência. Diante desse enclausuramento, a comunicação entre essas comunidades é muito difícil. Assim, conforme observa a autora, se a ciência nasceu na praça pública, num espaço de discussão democrática, visando à racionalidade dos seus resultados, ou seja, “[...] à universalidade daqueles que a podiam construir e entender, parece encontrar-se absolutamente liquidada nesse objetivo” (p. 8).

Frente a esse contexto, ainda na década de 1970, inicia-se uma reação à (super)especialização da ciência e uma série de pesquisadores começa a defender, com grande entusiasmo, a bandeira da interdisciplinaridade, que, segundo eles, pode contribuir para o estabelecimento de um programa científico alternativo ao modelo analítico. A interdisciplinaridade, cabe ressaltar, não se confunde com a multidisciplinaridade (ou pluridisciplinaridade). De acordo com Pombo (2008, p. 5), esta última supõe “[...] estabelecer algum tipo de coordenação, numa

perspectiva de pontos de vista.” A interdisciplinaridade, por sua vez, ultrapassaria a dimensão do paralelismo e avançaria em direção à combinação, à convergência, à complementariedade.

A título de exemplo: imaginemos uma reunião, com pessoas de áreas variadas (Direito, Psicologia, Sociologia etc.), que tenha como finalidade discutir a questão da violência no futebol. Numa perspectiva pluri ou multidisciplinar, cada uma dessas pessoas contribui com análises oriundas de seu campo do conhecimento. O jurista examinaria o tema a partir dos seus aspectos legais; o psicólogo, dos seus aspectos subjetivos e o sociólogo, dos seus aspectos sociais. Já numa perspectiva interdisciplinar, essas pessoas articulariam as informações e dados que suas áreas fornecem sobre o problema a fim de produzirem, conjuntamente, um diagnóstico mais adequado da situação. Em outras palavras, nesse caso, elas estabelecem uma relação de cooperação para a produção de um objetivo comum.

A defesa da interdisciplinaridade e da construção de um modelo de ciência alternativo ao analítico chama a atenção para o fato de que os grandes criadores científicos, que produziram rupturas relevantes com os paradigmas vigentes em sua época, eram pessoas que atravessavam diferentes disciplinas, cruzando linguagens e culturas diversas. Pessoas que se beneficiaram de uma formação universalista que as universidades e as escolas, em algum momento, deixaram de proporcionar. Em outras palavras, a referida defesa apoia-se no argumento de que o próprio progresso científico depende da consciência do pesquisador das várias linguagens e conteúdos disciplinares existentes (POMBO, 2008).

O progresso científico, todavia, pode ser visto de mais de uma forma. Do ponto de vista realista, esse progresso está associado à aproximação da realidade. Afinal, uma vez que existiria uma realidade com total independência do observador (de seus pensamentos, desejos, valores etc.), o papel da ciência seria o de aproximar mais e mais o conhecimento dessa realidade. Sendo assim, o conhecimento (verdadeiro) seria aquele que traduziria, de forma fidedigna, a realidade tal como ela (supostamente) é. E, para realizar tal tradução, seria de fundamental importância nos cercarmos de boas teorias e métodos rigorosos (BRANDÃO, 2016). Esse ponto de vista, todavia, incorre em um problema lógico. Afinal, como observa Tomás Ibáñez (2001), para saber se duas coisas se correspondem (no caso a realidade e seu conhecimento), é preciso compará-las e, para tanto, é preciso ter acesso a elas com total independência da outra. Mas, como questiona o filósofo espanhol (p. 252, tradução nossa): “como acessar a realidade com independência do conhecimento que temos dela para, assim, poder compará-la com esse conhecimento?”

Thomas Kuhn (2003) é outro filósofo que refuta a posição realista de que a missão da ciência seja a de ajustar, progressivamente, o conhecimento que promove à sua contrapartida “real” na natureza – como se uma sucessão teórica refletisse um desenvolvimento ontológico coerente.

Afinal, conforme chama nossa atenção ao comentar os desenvolvimentos no campo da Física, “[...] em alguns aspectos importantes, embora de maneira alguma em todos, a teoria geral da relatividade de Einstein está mais próxima da teoria de Aristóteles do que qualquer uma das duas está da de Newton” (p. 256). Vale salientar que, a despeito de refutar a posição realista, Kuhn (2003) não descarta a ideia de progresso científico. Para o autor, no entanto, esse progresso resume-se ao aperfeiçoamento das teorias como instrumentos para a resolução de quebra-cabeças criados por elas próprias, isto é, para a resolução de problemas que obedecem “[...] a regras que limitam tanto a natureza das soluções aceitáveis como os passos necessários para obtê-las” (p. 61).

A posição antirrealista não apenas problematiza a noção de progresso científico, como tensiona a reflexão sobre interdisciplinaridade. Afinal, com frequência, essa prática é justificada com base em argumentos claramente realistas, tais como: “facilita novas descobertas” ou “permite atingir camadas mais profundas da realidade”, como se houvesse uma realidade (ou camadas dela) que estivessem encobertas. Do ponto de vista antirrealista, o cientista não descobre absolutamente nada – ao menos não no sentido mais recorrente do termo: o de remover algo que encobre (total ou parcialmente) algum aspecto da realidade. Afinal, para o antirrealismo, não existem objetos naturais, que sejam preexistentes ao seu conhecimento. Em outras palavras, o ser não antecede ao conhecimento dele próprio. Na provocação de Íbáñez (2001), não há micróbio antes da sua “descoberta”. Nesse sentido, o que o cientista efetivamente faz é, de acordo com o autor (p. 256, tradução nossa),

[...] construir algo que somente se transformará em “fato científico” depois de que se intervenha um complicado processo onde concorrem múltiplas redes sociais, conjuntos de convenções, uma estrutura de relações de poder, séries de procedimentos retóricos, e é tudo isso que acabará por transformar eventualmente em um “fato científico” essa ou aquela construção realizada por esse ou aquele pesquisador.

Assim, partindo de uma perspectiva antirrealista de ciência, consideramos que uma abordagem interdisciplinar da violência no futebol não pode ser justificada sob o argumento de que ela conseguiria captar aspectos invisibilizados da realidade dessa violência – como se a multiplicidade de perspectivas disciplinares pudesse oferecer-nos uma visão mais “completa” ou “abrangente” dela. Isso não significa, contudo, que tal abordagem não apresente vantagens. A interdisciplinaridade, como acabamos de sugerir, assenta-se no perspectivismo (POMBO, 2006), que multiplica o olhar dos observadores, admitindo que um mesmo objeto pode ser olhado através de diferentes lentes disciplinares. Isto é, admite que diferentes saberes podem ser construídos acerca de um mesmo objeto (MOL, 1999; CORDEIRO, 2012). Logo, contribui para desfazer o mito do

conhecimento não-situado. Mito que, por sua vez, apoia-se no dualismo ontológico cartesiano, que afirma que a mente é uma substância separada do corpo e, por conseguinte, indeterminada e incondicionada por ele (GROSFOGUEL, 2016). Isto é, em última instância, podemos afirmar que a interdisciplinaridade afronta a arrogante pretensão de divindade cartesiana de alguém (ou uma disciplina) que se pensa fora (ou no centro) do mundo, que crê ser possível ter acesso a todos os pontos de vista e, conseqüentemente, ser capaz de dar conta plenamente da realidade.

Ao prever que diferentes conhecimentos científicos podem conviver lado a lado, a interdisciplinaridade também tende a romper com (ou, ao menos, fragilizar) a hierarquização disciplinar existente dentro da ciência, que estabelece e sustenta relações de dominação – por exemplo, direcionando, de forma sistemática, recursos para determinadas áreas em detrimento de outras. Essa hierarquização, cabe ressaltar, supõe uma noção arbórea de ciência, para utilizar, de uma forma um tanto quanto livre, a metáfora de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1980/1995). Como se alguma(s) disciplina(s) estivesse(m) na raiz de tudo e outras não passassem de seus galhos – que poderiam, eventualmente, até ser cortados, pois seria(m) a(s) primeira(s) a(s) responsável(eis) pelas funções vitais da “árvore do conhecimento”, como nutri-la e fixá-la num solo seguro. Ademais, ao defender uma relação de cooperação entre as diferentes disciplinas, a interdisciplinaridade tende a deixar os diferentes campos do saber mais abertos a mudanças. Com isso, dificulta a formação de “igrejas” no campo científico, que produzem verdadeiros dogmas, impondo determinadas formas de ver e fazer ciência. Dogmas que, em última instância, sufocam a criatividade e minam a possibilidade do novo emergir.

A despeito de a interdisciplinaridade multiplicar os olhares, essa multiplicação, com frequência, fica circunscrita ao campo científico. Nesse sentido, a interdisciplinaridade tende a ignorar (ainda que não necessariamente o faça) saberes obtidos em outros campos, preservando, até certo ponto, a hierarquização moderna de conhecimento, que privilegia a ciência em detrimento dos demais saberes. Em outras palavras, a interdisciplinaridade explora a pluralidade interna da ciência – podendo dar, inclusive, crédito a práticas científicas alternativas –, mas raramente acentua a importância de estabelecer uma interação do conhecimento científico com conhecimentos considerados não-científicos. Seguindo as reflexões de Boaventura Sousa Santos (2007) sobre a ecologia dos saberes, consideramos que essa interação é fundamental para a compreensão da violência no futebol e promoção de novas formas de intervenção no fenômeno. Cabe esclarecer, no entanto, que isso não implica, de modo algum, retirar o crédito do conhecimento científico sobre o tema – até mesmo porque seria contraditório (ou, no mínimo, cínico) pesquisá-lo (ainda mais com financiamento público) e, ao mesmo tempo, desprezar o conhecimento gerado pela pesquisa. Mas,

sim, reconhecer que existem outras formas de intervenção valiosas que podem ser fornecidas por saberes de outros atores sociais, como os torcedores organizados.

Explicamos: desde o momento em que passam a participar do campo das torcidas organizadas, os integrantes dessas torcidas vão, na interação com outros integrantes, aprendendo e incorporando uma série de regras e convenções que, com o passar do tempo, forma uma espécie de “saber prático torcedor”, que os permitem antecipar e manejar diversos tipos de situações, como aquelas que envolvem confrontos com torcedores adversários (LOPES, 2019). Como afirma Pablo Alabarces (2012, p. 132, tradução nossa), “não há ninguém como um torcedor para saber por onde ir e por onde não ir”. Esse saber contém, portanto, informações vitais para a sobrevivência em ambientes futebolísticos hostis, que um pesquisador, muitas vezes, conhece apenas por relatos ou teve pouco contato (até por uma questão ética, raramente ele participa ativamente de um confronto). Assim, seja contradizendo seja complementando o conhecimento produzido pelas pesquisas sobre violência no futebol, tais informações são cruciais para a elaboração de políticas públicas mais justas e eficazes de prevenção dessa violência. Diante disso, voltando ao exemplo da reunião supramencionada, se levarmos realmente a sério a noção de ecologias dos saberes, deveríamos incluir os torcedores organizados na mesa de discussão. Estes, certamente, devem participar da concepção, execução e controle das referidas políticas.

Cabe destacar que, reconhecendo a importância desses atores, a Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espectáculos Esportivos (CONSEGUE) seguia essa direção há alguns anos. De acordo com Heloisa Helena Baldy dos Reis (2006), a CONSEGUE foi criada em 2004 como um espaço que tinha como finalidade apoiar e acompanhar a implantação da Política Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espectáculos Esportivos. Inicialmente, ela era constituída por dez integrantes, sendo cinco representantes da sociedade civil. No entanto, segundo a autora, alguns sem notória experiência no tema – o que era uma exigência legal. Além desse problema, havia uma ausência de representantes de torcidas nessa comissão. Para amenizar a situação, em 2012, a advogada Silvia Carbonaro da Silva Chioroglo, da torcida Mancha Alviverde, do Palmeiras, foi designada para compor a CONSEGUE (LOPES; REIS, 2017). De qualquer modo, a comissão ainda era pouco plural, composta essencialmente por operadores do Direito. Essa falta de pluralidade (e suas consequências negativas) foi ficando mais clara ao longo dos seminários de torcidas organizadas, realizados pelo então Ministério do Esporte, quando vários representantes dessas torcidas puderam reivindicar seu direito à crítica e à queixa. Não à toa, em 2015, foram criadas três câmaras temáticas, sendo que uma delas tinha como objetivo justamente incluir esses representantes no debate sobre segurança nos eventos esportivos. Todavia, em 2016, com a

deposição da então presidenta da República Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), os trabalhos da CONSEGUE foram desarticulados (TEIXEIRA; LOPES, 2018).

A MULTIPLICAÇÃO DOS OBJETOS: a violência no futebol a partir de uma abordagem (in)disciplinada

Como buscamos sustentar na seção anterior, ainda que a interdisciplinaridade possa trazer contribuições significativas para compreensão da violência no futebol, ela possui algumas limitações. Aqui, discutiremos uma especialmente relevante: ela enfoca as interpretações e não o objeto que está sendo interpretado. Este tende a se manter intacto. De um ponto de vista interdisciplinar, a Sociologia, o Direito, a Psicologia... todas essas disciplinas podem trazer contribuições relevantes para compreender a violência no futebol. Compreensão que seria aprofundada por meio do diálogo entre elas. Mas a referida violência, enquanto objeto de conhecimento, manter-se-ia inalterada. Intocada. A fim de escapar do perspectivismo intrínseco à abordagem interdisciplinar (POMBO, 2006) e seguindo os passos de Annemarie Mol (2002), consideramos que, para compreendermos a violência em questão, devemos colocar, em primeiro plano, as materialidades, os eventos e as práticas que fazem dela um objeto do conhecimento.

Como já antecipamos, não existe algo como a essência da violência no futebol. Esta não é uma coisa nem mesmo um problema social que existe em si e por si. Mas, sim, uma construção social. A ideia de que a violência no futebol é uma construção social não é nenhuma novidade para um cientista social, porém não deixa de ser radical. Afinal, seguindo as reflexões de Kenneth J. Gergen e Mary Gergen (2011) sobre a constituição da realidade social, podemos afirmar que, em última instância, tal ideia significa que a referida violência simplesmente não é real até que a gente se coloque de acordo em relação aquilo que ela é. Em outras palavras, ela é o produto de uma convenção (ou de convenções). Isso fica particularmente claro quando buscamos mensurá-la. Afinal, para tanto, é preciso defini-la. Assim, o que seria a violência no futebol? A troca de socos e pontapés entre torcedores adversários? Mas e se, como ocorre às vezes, os envolvidos não reconhecem essa troca como um ato de violência? Pode um ato ser violento se não é reconhecido como tal por agressores e agredidos? E as agressões verbais, também devem ser contabilizadas? E a exclusão social – ensejada pela elitização do futebol – não é uma forma brutal de violência? E os gritos homofóbicos vindos das arquibancadas? E a falta infraestrutura dos estádios, com seus banheiros sujos e comida ruim? E se a briga entre torcedores adversários se dá em função de razões

alheias ao futebol, como o tráfico de drogas? Enfim, não é nosso objetivo oferecer uma resposta aqui para todas essas questões, apenas sublinhar que a violência no futebol não corresponde a um objeto claramente delimitado, fixo e estável (LOPES, 2020).

Ao contrário, a violência no futebol é performada por diferentes práticas que a fazem existir de diferentes maneiras em diferentes contextos. Ela é o resultado, sempre provisório, de vínculos estabelecidos entre elementos heterogêneos. Entre atores humanos e não-humanos, para utilizarmos os termos de Bruno Latour (2012). Nesse sentido, podemos afirmar que essa violência possui um presente altamente complexo. Não se trata de um processo linear, que caminha em direção a um mesmo lugar, mas de uma construção que acontece, simultaneamente, em diversos lugares. Uma construção que pode, inclusive, seguir caminhos contrários (CORDEIRO, 2012). Por exemplo, as práticas que performam a violência no futebol num hospital são totalmente diferentes daquelas que a performam numa delegacia. E, mais ainda, elas se excluem. No primeiro caso, há médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem... que, entre outras coisas, sentem as pulsações do paciente, medem sua temperatura e recomendam o uso de determinados medicamentos. Já na delegacia, não há pulsações, medições de temperatura ou recomendação de medicamentos. O que há são delegados, escrivães, testemunhas... que podem levar a cabo (ou não) um processo de incriminação. Se houver indícios suficientes, isso será feito. Da mesma forma que um médico não pode utilizar procedimentos de investigação policial para fazer um diagnóstico clínico, um policial não pode, por exemplo, usar um termômetro para incriminar alguém. No hospital, a violência é o que produz uma ferida aberta. Na delegacia, é o que torna um sujeito “fichado”.

Diferentemente do que poderíamos crer, essa incompatibilidade entre as formas de existir da violência no futebol não deve ser atribuída a um problema de tradução. Ainda que os campos da medicina e da segurança pública sejam relativamente autônomos – possuindo um jargão próprio –, um delegado e um clínico geral podem, com alguma boa vontade, se entender relativamente bem. Tampouco deve ser atribuída a uma questão de perspectiva. Da mesma forma que um policial sabe conversar com uma pessoa ferida e observar seu estado de saúde – inclusive, é treinado para isso –, um médico conhece minimamente as leis de seu país e consegue reconhecer, na maior parte das vezes, o que é legal e o que é ilegal. A incompatibilidade é, na verdade, uma questão de prática: refere-se a corpos que são medicados e cuidados ou a corpos que são algemados e aprisionados, a falas sobre dores e medicamentos ou a falas sobre leis e direitos.

Isso significa, em última instância, que a violência no futebol não pode ser essencializada. Conforme já antecipamos, não há algo como “a violência no futebol”, que poderia ser olhado de diferentes maneiras, sob diferentes ângulos ou perspectivas. Afinal, essa violência nada mais é do que o resultado (momentâneo) da forma como ela é performada por uma série de práticas em

contextos concretos. Por conseguinte, podemos afirmar que sua “identidade” é frágil e varia de local para local. Em outras palavras, a violência no futebol é plural. Trata-se de violências. Todavia, afirmar que não há uma única violência no futebol – e que ela não é, portanto, um objeto singular –, não significa dizer que suas diferentes formas de existir não possuam alguma relação entre si, ou seja, não significa que ela seja absolutamente fragmentada. Afinal, há livros sobre “a” violência no futebol, notícias sobre ela, relatórios governamentais, seminários, reuniões, políticas públicas etc. Ocorre que a forma como ela é construída como um mesmo objeto não é dada a priori. Isto é, diferentemente do que uma visão platônica de mundo faz crer, não há nada que, em princípio, possa interligar todas as formas de existir da violência no futebol numa identidade coletiva, independentemente de suas diferenças. Essa interligação precisa ser construída. Em outras palavras, a violência no futebol, seguindo o pensamento de Mol (2002), é construída como um objeto do conhecimento a partir de um trabalho de coordenação (ou de ordenamento) de suas várias versões. Trabalho este que faz com que, a despeito de ser mais do que uma, ela seja, também menos do que muitas. Que ela seja plural e, ao mesmo tempo, singular.

São vários os modos de ordenação das diferentes versões da violência no futebol – modos que dependem de práticas que, tal como antecipamos, são sempre situadas. Traremos, aqui, alguns exemplos, apenas para ilustrar o argumento. Imaginemos um hipotético processo contra torcedores acusados de agressão. Nele, há relatos (dos acusados, das vítimas, das testemunhas), há o laudo pericial, depoimentos, fotografias etc. Ou seja, há uma série de materiais distintos, produtos de práticas também diversas, que são alinhados, somados, subtraídos e fundidos de tal forma que passam a se referir a um objeto único: “a” violência no futebol. Conforme já antecipamos, isso não significa que exista um objeto prévio, que pode ser olhado a partir de diferentes ângulos e perspectivas que, ao serem devidamente somados, podem nos dizer o que “de fato” esse objeto é. A transformação do plural em singular é uma tarefa. Assim, os operadores do direito somam e subtraem uma série de práticas e como resultado criam “a” violência no futebol.

Além de singular, essa violência é composta. Ela é como uma colcha de *patchwork*, na qual tecidos com diferentes cores, texturas, padrões são costurados formando um todo (CORDEIRO, 2012). Mas esse todo não é igual a soma de suas partes. Afinal, uma colcha de retalhos não é um mero agrupamento de tecidos, mas algo que cobre camas, evoca lembranças, decora o quarto... Do mesmo modo, o processo aberto contra um torcedor acusado de violência não se reduz à soma das “evidências” que o compõem. Ele tem a capacidade de incriminar, absolver, prender, multar...

Outra maneira de lidar com as várias versões da violência no futebol é por meio daquilo que Mol (2002) chamou de “distribuição”. Para a autora, versões distintas de um mesmo objeto podem coexistir “pacificamente” desde que não tentem ocupar o mesmo lugar no tempo e no espaço.

Fazemos isso, por exemplo, quando dizemos que, na Europa, a violência mais é regrada do que na América do Sul, de tal modo que raramente envolve o uso de armas de fogo. Ou quando sustentamos que, para as torcidas organizadas, a violência é expressa na elitização do futebol e, para o campo do Direito, na violação da lei. Ou ainda, quando defendemos que, no passado, ela era “espontânea” e, hoje, é planejada.

Apesar de possuírem diferentes características, atores, instrumentos, objetivos e práticas, essas várias versões da violência no futebol não entram em conflito, pois cada uma acontece em um lugar ou em um momento determinado da história. Dito de outro modo, assim distribuídas, essas diferentes versões de um mesmo objeto podem coexistir sem que isso represente uma contradição. Apesar de suas diferenças, essas várias versões recebem o mesmo nome: “violência no futebol”. É esse nome que aparece nos meios de comunicação de massa, nas políticas de segurança, nos artigos acadêmicos. O rótulo “violência no futebol” funciona, portanto, como uma espécie de ponte capaz de unir objetos distribuídos no tempo e no espaço.

A compreensão de que a violência no futebol é ontologicamente múltipla nos permite, como buscamos argumentar neste tópico, escapar de um dos principais problemas da abordagem interdisciplinar: a manutenção dessa violência como um objeto singular. A ênfase nas práticas que performam essa violência em contextos concretos, aliada à valorização de outros saberes sobre ela (considerados não-científicos) – como aqueles oferecidos pelos hábitos dos torcedores organizados –, nos apontam para uma abordagem que denominamos aqui de (in)disciplinada. Ela é (in)disciplinada não no sentido de desordem – como se propusesse uma bagunça teórica, que não respeita nenhuma regra metodológica e aceita um vale tudo conceitual –, mas no sentido de insubordinação. Afinal, ela rompe com duas hierarquias: primeira, a do conhecimento científico sobre o não-científico. O primeiro não é *a priori* melhor do que o segundo, mas pode ser melhor para resolver determinados conjuntos de problemas. Isto é, como diria Santos (2007), a hierarquização do conhecimento deve ser estabelecida de forma contextual. E uma abordagem (in)disciplinada não perde isso de vista. Segunda, a do primado do olhar sobre o objeto. A violência no futebol não é múltipla apenas porque pode ser olhada sob diferentes ângulos, de diferentes perspectivas, mas porque ela é diferentemente performada em diferentes lugares. Em outras palavras, ela concretamente existe de formas distintas. E uma abordagem (in)disciplinada nos convida justamente a examinar as práticas que a fazem existir dessas formas. Mas não apenas, também nos convida a examinar aquelas que permitem construir “pontes”, intersecções, articulações, coordenações, entre elas. Que a fazem, portanto, ser mais do que uma e menos do que muitas.

Além disso, uma abordagem (in)disciplinada borra as fronteiras entre as diferentes ciências. Movimento importante, uma vez que fronteiras forçam delimitações “geográficas” que nem sempre caracterizam os processos de produção do conhecimento. A discussão proposta neste ensaio, por exemplo, não está “localizada” apenas no campo da Educação Física, da Filosofia ou da Psicologia Social. Ela é “topologicamente” múltipla. Outro problema que a metáfora das fronteiras nos traz é o fato de fazer referência às diferenças existentes entre os dois lados da divisa (na Educação Física é assim, na Sociologia é assado), dando pouca atenção às diferenças internas de cada “região” (LAW; MOL, 1994).

Se para pertencer à mesma “região” é preciso ser igual, como estabelecer os limites de uma disciplina? Será que podemos falar em limites? Como pensar, por exemplo, a relação dos Estudos Socioculturais do Esporte com outras áreas do conhecimento? Eles incluem a Sociologia ou são por ela incluídos? Neste ensaio, defendemos a ideia de que um objeto pode incluir e, ao mesmo tempo, estar incluído em outro. Ou seja, defendemos a ideia de que o campo científico não é como uma *matryoshka*, na qual as bonecas maiores incluem as menores. Mas, para usar uma metáfora de Michel Serres (1994), é como um conjunto de bolsas maleáveis que podem incluir-se mutuamente – como aquelas sacolas de compra reutilizáveis (ou *ecobags*) que possuem saquinhos acoplados para guardá-las. Quando vamos ao supermercado, dobramos a sacola e a guardamos dentro do bolsinho, mas quando precisamos utilizá-la a retiramos e guardamos o bolsinho dentro da sacola. O que é maior e o que é menor depende dos nossos interesses, necessidades, possibilidades (CORDEIRO, 2012; CORDEIRO; SPINK, 2014).

REFERÊNCIAS

ALABARCES, Pablo. **Crônicas del aguante**: fútbol, violencia y política. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2012.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. As Humanidades em face das Ciências; as poéticas em face dos métodos: provocações e desafios. **RBPG**, Brasília, v. 31, n. 13, p. 321-340, fev. 2017. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1173/pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

CORDEIRO, Mariana Prioli. **Psicologia Social no Brasil**: multiplicidade, performatividade e controvérsias. 2012. 187 f. Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

CORDEIRO, Mariana Prioli; SPINK, Mary Jane P. La multiplicidad de la Psicología Social brasileña. **Athenea Digital**, v. 14, p. 289-300, 2014. Disponível em: <https://www.atheneadigital.net/article/view/v14-n1-cordeiro-spink>. Acesso em: 03 mai. 2022.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. (v. 2).

DESCARTES, René. Discurso do método. In: PESSANHA, José Américo Motta. **Os pensadores – Descartes**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999. p. 33-100.

GERGEN, Kenneth J.; GERGEN, Mary. **Reflexiones sobre la construcción social**. Barcelona: Paidós, 2011.

ÍBÁÑEZ, Tomás. O “giro linguístico”. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Coord.). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-49.

ÍBÁÑEZ, Tomás. **Muníciones para disidentes: realidad-verdad-política**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2001.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

HOLLANDA, Bernardo Buarque Borges de. Torcidas, hinchadas e barras: a problemática torcedora em escala global. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque Borges de; AGUILAR, Onésimo Rodríguez. **Torcidas organizadas na América Latina: estudos contemporâneos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 11-64.

HOLLANDA, Bernardo Buarque Borges de. **O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan.-abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?lang=pt>. Acesso em: 05 out. 2021.

LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA, 2012.

LOPES, Felipe Tavares Paes. Narrativas sobre violência no futebol: (des)construindo a categoria “torcedor violento”. In: GIGLIO, Sérgio S.; PRONI, Marcelo W. (Org.). **O futebol nas Ciências Humanas no Brasil**. 1ed. Campinas: Editora Unicamp, 2020, v. 1, p. 687-701.

LOPES, Felipe Tavares Paes. **Violência no futebol: ideologia na construção de um problema social**. Curitiba: CRV, 2019.

LOPES, Felipe Tavares Paes; REIS, Heloísa Helena Baldy dos. A política nacional de prevenção da violência e segurança nos espetáculos esportivos: desafios e propostas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 31, p. 195-208, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/141772>. Acesso em: 03 mai. 2022.

LAW, John; MOL, Annemarie. **Notas sobre el materialismo**. Política y Sociedad, Madri, v. 1, n. 14, p. 47-57, 1994. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO9394110047A>. Acesso em: 05 out. 2021.

MOL, Annemarie. **The body multiple: ontology in medical practice**. London: Duke University Press, 2002.

MURPHY, Patrick; WILLIAMS, John; DUNNING, Eric. **O futebol no banco dos réus**. Oeiras: Celta Editora, 1994.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141>. Acesso em: 05 out. 2021.

REIS, Heloísa Helena Baldy dos. **Futebol e Violência**. Campinas: Armazem do Ipê, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista crítica de ciências sociais**, Coimbra, n. 78, p. 3-46, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/753#quotation>. Acesso em: 05 out. 2021.

TEIXEIRA, Rosana da Câmara; LOPES, Felipe Tavares Paes. Reflexões sobre o “Projeto Torcedor” alemão: produzindo subsídios para o debate acerca da prevenção da violência no futebol brasileiro a partir de uma perspectiva sociopedagógica. **Revista de Antropologia**, v. 61, 2018, p. 130-161. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/152037>. Acesso em: 03 mai. 2022.

NOTAS DO AUTOR

AGRADECIMENTOS - Nada a declarar.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA - Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Auxílio à Pesquisa – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (Processo n. 2020/03906-4).

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM - Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES - Nada a declarar.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITOR DE SEÇÃO

Rogério Santos Pereira

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

Juliana Rosario; Keli Barreto Santos.

HISTÓRICO

Recebido em: 05 de outubro de 2021

Aprovado em: 21 de março de 2022